



**Poder Judiciário do Maranhão  
Tribunal de Justiça**

**CLIPPING IMPRESSO**

**09/06/2015**

# INDICE

---

1. JORNAL A TARDE	
1.1. AÇÕES TJMA.....	1 - 3
1.2. OBRAS / REFORMAS.....	4
2. JORNAL ATOS E FATOS	
2.1. AÇÕES TJMA.....	5
2.2. UNIDADES ADMINISTRATIVAS .....	6
3. JORNAL CORREIO DE NOTICIAS	
3.1. DECISÕES.....	7
4. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
4.1. AÇÕES TJMA.....	8
4.2. OBRAS / REFORMAS.....	9
4.3. UNIDADES ADMINISTRATIVAS .....	10
5. JORNAL O DEBATE	
5.1. OBRAS / REFORMAS.....	11
6. JORNAL O IMPARCIAL	
6.1. AÇÕES TJMA.....	12
6.2. OBRAS / REFORMAS.....	13
7. JORNAL PEQUENO	
7.1. COMARCAS.....	14
7.2. DECISÕES.....	15

---

## **Advogados serão treinados sobre o uso do processo eletrônico**

---

Pág. 9

# Advogados serão treinados sobre o uso do processo eletrônico

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) realiza, nos dias 8 e 9 de junho, capacitação de advogados maranhenses quanto ao uso do sistema de Processo Judicial Eletrônico (PJE) e suas funcionalidades. O treinamento será aberto com palestra ministrada pelo juiz Roberto Abreu (coordenador-geral do Comitê

Gestor de Implantação do PJE), nesta segunda-feira, às 19 horas, no auditório da OAB-MA, e continua na terça-feira, na sala de treinamento, no Fórum de São Luís (Calhau); das 08h às 18h.

Mais de 32.500 processos já estão tramitando eletronicamente no Poder Judiciário do Maranhão, gerando movimentações

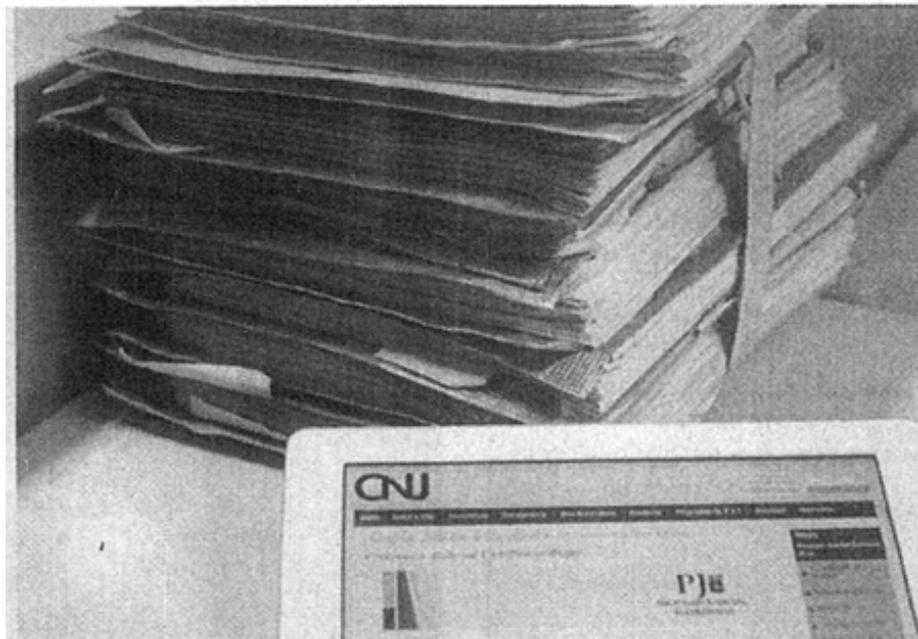
sem o uso de papel, conferindo agilidade e economia processual. As ações são cadastradas no sistema do Processo Judicial Eletrônico (PJE), gerenciado pelo Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), em 29 juizados especiais, oito turmas recursais e nas Câmaras Criminais Reunidas.

O quê: Capacitação de advogados quanto ao uso do PJE.

Quando: 08/06/15 e 09/06/15 (segunda e terça-feira).

Onde: 08/06 - Auditório da OAB, às 19h 09/06 - Sala de Treinamento no Fórum Des. Sarney Costa (Calhau), das 08h às 18h

## ADVOGADOS SERÃO TREINADOS SOBRE O USO DO PROCESSO ELETRÔNICO



O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) realiza, nos dias 8 e 9 de junho, capacitação de advogados maranhenses quanto ao uso do sistema de Processo Judicial Eletrônico (PJE) e suas funcionalidades. O treinamento será aberto com palestra ministrada pelo juiz Roberto Abreu (coordenador-geral do Comitê Gestor de Implantação do PJE), nesta segunda-feira, às 19 horas, no auditório da OAB-MA, e continua na terça-feira, na sala de treinamento, no Fórum de São Luís (Calhau), das 08h às 18h.

Além do coordenador-geral do Comitê Gestor de Implantação do PJE, a capacitação conta com participação da equipe da Diretoria de Informática e Automação do Tribunal.

De acordo com dados divulgados pela Diretoria de Informática, desde a implantação do PJE, em outubro de 2013, mais de 9.000 audiências já foram realizadas e 5.371 advogados

cadastrados no sistema para o 1º Grau e 615 para o 2º Grau. Dentre os processos distribuídos, 10.000 foram julgados, decididos e sentenciados.

Mais de 32.500 processos já estão tramitando eletronicamente no Poder Judiciário do Maranhão, gerando movimentações sem o uso de papel, conferindo agilidade e economia processual. As ações são cadastradas no sistema do Processo Judicial Eletrônico (PJE), gerenciado pelo Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), em 29 juizados especiais, oito turmas recursais e nas Câmaras Criminais Reunidas.

### CAPACITAÇÃO

Em 2014, foram capacitados, quanto ao uso do PJE, 51 magistrados, 363 servidores, além de multiplicadores da OAB, Defensoria e Promotoria, totalizando 24 turmas e 62 treinamentos promovidos pela Diretoria de Informática e integrantes do Comitê Gestor.

## FÓRUM DA COMARCA DE SÃO BERNARDO SERÁ INAUGURADO NESTA TERÇA (9)



O Tribunal de Justiça do Maranhão entregará, nesta terça-feira (9), às 10 horas, a nova sede da comarca de São Bernardo, integrada ao polo de Chapadinha (a 375 Km de São Luís). Os serviços judiciais passarão a funcionar na Rua Dom Pedro II, no Centro, num espaço de 2.275 m<sup>2</sup>, com 770 m<sup>2</sup> de área construída. A obra foi realizada com recursos do Fundo de Modernização e Reaparelhamento do Poder Judiciário (FERJ). A comarca, de entrância inicial, tem vara única e atende também ao termo judiciário de Santana do Maranhão.

A nova unidade está estruturada, mobiliada e equipada com rede lógica e de telefonia, subestação de energia e climatização e segue projeto padrão da Diretoria de Engenharia do TJMA, sendo dotada de duas varas, salas para distribuição, OAB, CPD, oficiais de justiça, depósito, copa, almoxarifado, banheiros feminino, masculino e para portadores de necessidades especiais. Além de São Bernardo, integram os projetos de construção e reforma das unidades judiciais, as comarcas de Magalhães de Almeida, Porto Franco, Buriti, Buriticupu, Imperatriz, Barra do Corda, Balsas, Santa Helena, Santa Luzia, Viana, Vitorino Freire, São Bernardo, Colinas e Matões, além de Paço do Lumiar e São Luís – termos da comarca da Ilha.

Entre as obras já concluídas, está o Fórum de Magalhães de Almeida, entregue à população em agosto de 2014. Com área total de 3.464

m<sup>2</sup>, sendo 496,05 m<sup>2</sup> destinados à edificação, a unidade funciona na Avenida\* Getúlio Vargas, estruturada, mobiliada e equipada com rede lógica e de telefonia, subestação de energia e climatização.

Em Buriticupu, o novo prédio da Justiça estadual foi concluído em abril de 2014, beneficiando cerca de 100 mil pessoas, melhorando significativamente a prestação jurisdicional na comarca, que é polo judicial de Imperatriz.

Com área construída de 882 m<sup>2</sup>, o prédio tem espaço para o funcionamento de dois gabinetes, um salão do júri com capacidade para 110 pessoas, sala de audiência, recepção/atendimento, arquivos, entre outros compartimentos. Foi o primeiro Fórum inaugurado na atual gestão. O terreno foi cedido pelo Inbra.

\* Também foi concluída a reforma do Fórum de Balsas, onde foram realizadas a pavimentação do estacionamento, pintura externa, revisão na cobertura do salão do júri, construção do depósito judicial, revisão nas instalações elétricas, entre outros serviços.

Foram concluídas, ainda, as obras do salão do júri do Fórum da comarca de Barra do Corda. Com área de 311,48m<sup>2</sup>, foi equipado com sala do réu, banheiros masculinos e femininos, circulação, hall, sala secreta, sala para testemunhas de defesa e de acusação, banheiros para portadores de necessidades especiais.

# **Advogados serão treinados sobre o uso do processo eletrônico**

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) realiza, nos dias 8 e 9 de junho, capacitação de advogados maranhenses quanto ao uso do sistema de Processo Judicial Eletrônico (PJE) e suas funcionalidades. O treinamento será aberto com palestra ministrada pelo juiz Roberto Abreu (coordenador-geral do Comitê Gestor de Implantação do PJE), nesta segunda-feira, às 19 horas, no auditório da OAB-MA, e continua na terça-feira, na sala de treinamento, no Fórum de São Luís (Calhau), das 08h às 18h.

Além do coordenador-geral do Comitê Gestor de Implantação do PJE, a capacitação conta com participação da equipe da Diretoria de Informática e Automação do Tribunal.

De acordo com dados divulgados pela Diretoria de Informática, desde a implantação do PJE, em outubro de 2013, mais de 9.000 audiências já foram realizadas

e 5.371 advogados cadastrados no sistema para o 1º Grau e 615 para o 2º Grau. Dentre os processos distribuídos, 10.000 foram julgados, decididos e sentenciados.

Mais de 32.500 processos já estão tramitando eletronicamente no Poder Judiciário do Maranhão, gerando movimentações sem o uso de papel, conferindo agilidade e economia processual. As ações são cadastradas no sistema do Processo Judicial Eletrônico (PJE), gerenciado pelo Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), em 29 juizados especiais, oito turmas recursais e nas Câmaras Criminais Reunidas.

**CAPACITAÇÃO** - Em 2014, foram capacitados, quanto ao uso do PJE, 51 magistrados, 363 servidores, além de multiplicadores da OAB, Defensoria e Promotoria, totalizando 24 turmas e 62 treinamentos promovidos pela Diretoria de Informática e integrantes do Comitê Gestor.

# Festival de Música Barroca de Alcântara no mês de julho

A partir do dia 16 de julho - até o dia 22 do mesmo mês - será realizada a quarta edição do Festival de Música Barroca de Alcântara. A informação foi confirmada pela produtora Equinox do Brasil. As apresentações do festival seguirão por quatro cidades maranhenses: os municípios de Alcântara, Bacabeira, Rosário e São Luís. A programação do evento inclui grupos locais, nacionais e internacionais.



Na edição de 2015, ocorrerão, também, ações pedagógicas, sociais e uma conferência sobre integração social e música erudita, no Auditório do Tribunal de Justiça do Maranhão, na Praça Dom Pedro II, em São Luís. O evento será iniciado na cidade de Bacabeira, a partir das 16h30, com uma ação pedagógica conduzida pelo grupo Bumba Ópera, seguida de cortejo até a Igreja Imaculada Conceição. Em São Luís, os concertos ocorrerão nos dias 20 e 21, iniciando com um cortejo até a Igreja da Sé - com representantes da Festa do Divino Espírito Santo- às 18h. Em seguida, a partir das 19h, será realizado o concerto do Conjunto de Música Antiga da UFF, na Igreja da Sé, seguido do conjunto Ars Longa. A entrada para o festival é gratuita.

## CAROLINA

# Justiça mantém decisão sobre construção de abrigo

A 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça manteve decisão que determina que o município de Carolina providencie, no prazo de 180 dias, a construção de abrigo para crianças e adolescentes em situação de risco, com o mínimo de 30 vagas, seguindo as normas necessárias e inclusive, contratando corpo de profissionais aptos. A decisão original foi do juízo da comarca de Carolina, que fixou a multa diária de R\$ 10 mil em caso de descumprimento.

A ação civil pública tramita na comarca de Carolina e foi proposta pela Defensoria Pública Estadual (DPE), com o objetivo de assegurar o direito à proteção integral das crianças e adolescentes, prerrogativa constitucional, colocando-os a salvo de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

O município recorreu da liminar concedida, alegando que não pode ser compelido a manter tal política e que o Judiciário não deve interferir no poder fiscalizador do Legislativo quanto à distribuição dos recursos e à administração financeira. Argumentou, ainda, que a decisão acarreta grande desequilíbrio orçamentário



**Desembargador Marcelo Carvalho**

no município, ressaltando que instalou Conselho Tutelar e Conselho Municipal da Criança e do Adolescente.

O relator do recurso, desembargador Marcelo Carvalho, não considerou presentes os requisitos para suspensão da decisão, na medida em que a questão envolve garantia fundamental referente à preservação da vida e da dignidade da pessoa humana, estabelecidas pela Constituição Federal e pelo Estatuto da Criança e do

Adolescente (ECA).

O magistrado destacou a possibilidade, estabelecida pelo estatuto, de aplicação de acolhimento institucional, quando os direitos forem ameaçados ou violados, dever que compete a todos os entes públicos, inclusive os municípios.

Marcelo Carvalho verificou a situação de emergência que justifica a decisão, por não existir no município nenhum abrigo institucional que pro-

move a proteção integral dos jovens em situação de risco.

“A Administração deve dar atendimento máximo possível às demandas dos cidadãos, de tal sorte que não deixe dúvidas quanto à proteção integral de quem dele realmente precisa”, frisou, enfatizando a legitimidade do Poder Judiciário para determinar a concretização de políticas públicas constitucionalmente previstas, quando houver omissão da administração pública.

# TJ promove treinamento para o uso de sistema

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) está promovendo capacitação de advogados maranhenses quanto ao uso do sistema de Processo Judicial Eletrônico (PJE) e suas funcionalidades. O treinamento foi aberto com palestra ministrada pelo juiz Roberto Abreu (coordenador-geral do Comitê Gestor de Implantação do PJE), ontem, às 19h, no auditório da OAB-MA, e continua hoje, na sala de treinamento, no Fórum de São Luís (Calhau), das 8h às 18h.

Desde a implantação do PJE, em outubro de 2013, mais de 9.000 audiências já foram realizadas e 5.371 advogados cadastrados no sistema para o 1º Grau e 615 para o 2º Grau. Dentre os processos distribuídos, 10.000 foram julgados, decididos e sentenciados.

Mais de 32.500 processos já estão tramitando eletronicamente no Poder Judiciário do Maranhão, gerando movimentações sem o uso de papel, agilidade e economia processual.

## Capacitação

**Em 2014**, foram capacitados, quanto ao uso do PJE, 51 magistrados, 363 servidores, além de multiplicadores da OAB, Defensoria e Promotoria, totalizando 24 turmas e 62 treinamentos promovidos pela Diretoria de Informática.

## Rápidas

### Tribunal I

**O Tribunal** de Justiça do Maranhão entregará hoje, às 10h, a nova sede da Comarca de São Bernardo, integrada ao polo de Chapadinha (a 375 km de São Luís). Os serviços judiciais passarão a funcionar na Rua Dom Pedro II, no Centro, num espaço de 2.275 m<sup>2</sup>, com 770 m<sup>2</sup> de área construída.

### Tribunal II

**A nova** unidade está estruturada, mobiliada e equipada com rede lógica e de telefonia, subestação de energia e climatização e segue projeto padrão da Diretoria de Engenharia do TJMA, sendo dotada de duas varas, salas para distribuição, OAB, CPD, oficiais de justiça, depósito, almoxarifado e banheiros.

## **Música Barroca**

A quarta edição do Festival de Música Barroca de Alcântara vai acontecer no período de 16 a 22 de julho próximo, com a organização da produtora Equinox do Brasil, com apresentações nos municípios de Alcântara, Bacabeira, Rosário e São Luís.

## **Programação**

Breve estaremos divulgando a programação, que inclui grupos locais, nacionais e internacionais. Sabe-se, entretanto, que na edição de 2015 do evento, ocorrerão, também, ações pedagógicas, sociais e uma conferência sobre integração social e música erudita, no auditório do Tribunal de Justiça do Maranhão, na Praça Dom Pedro II.



## Inauguração

O TJMA entregará, nesta terça-feira (9), a nova sede da comarca de São Bernardo, integrada ao polo de Chapadinha (a 375 Km de São Luís). Os serviços judiciais passarão a funcionar na Rua Dom Pedro II, no Centro, num espaço de 2.275 m<sup>2</sup>, com 770 m<sup>2</sup> de área construída. A obra foi realizada com recursos do Fundo de Modernização e Reparelhamento do Poder Judiciário (FERJ).

## Processo eletrônico

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) realiza, até hoje, a capacitação de advogados maranhenses quanto ao uso do sistema de Processo Judicial Eletrônico (PJE) e suas funcionalidades. Mais de 32.500 processos já estão tramitando eletronicamente no Poder Judiciário do Maranhão, gerando movimentações sem o uso de papel, conferindo agilidade e economia processual.

■ O Tribunal de Justiça do Maranhão entregará, hoje, às 10 horas, a nova sede da Comarca de São Bernardo, integrada ao polo de Chapadinha (a 375km de São Luís). Os serviços judiciais passarão a funcionar na Rua Dom Pedro II, no Centro, num espaço de 2.275m<sup>2</sup>, com 770m<sup>2</sup> de área construída.

\*\*\*O Tribunal de Justiça do Maranhão entregará, nesta terça-feira (9), às 10 horas, a nova sede da comarca de São Bernardo, integrada ao polo de Chapadinha (a 375 Km de São Luís). Os serviços judiciais passarão a funcionar na Rua Dom Pedro II, no Centro, num espaço de 2.275 m<sup>2</sup>, com 770 m<sup>2</sup> de área construída. A obra foi realizada com recursos do Fundo de Modernização e Reparelhamento do Poder Judiciário (FERJ).

CAROLINA

## Justiça mantém decisão que obriga município a construir abrigo para crianças e adolescentes

A 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça manteve decisão que determina que o município de Carolina providencie, no prazo de 180 dias, a construção de abrigo para crianças e adolescentes em situação de risco, com o mínimo de 30 vagas, seguindo as normas necessárias e inclusive, contratando corpo de profissionais aptos. A decisão original foi do juízo da comarca de Carolina, que fixou a multa diária de R\$ 10 mil em caso de descumprimento.

A ação civil pública tramita na comarca de Carolina e foi proposta pela Defensoria Pública Estadual (DPE), com o objetivo de assegurar o direito à proteção integral das crianças e adolescentes, prerrogativa constitucional, colocando-os a salvo de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

O município recorreu da liminar concedida, alegando que não pode ser compelido a manter tal política e que o Judiciário não deve interferir no poder fiscalizador do Legislativo quanto à distribuição dos recursos e à administração financeira. Argumentou, ainda, que a decisão acarreta grande desequilíbrio orçamentário no município, ressaltando que instalou Conselho Tutelar e Conselho Municipal da Criança e do Ado-

lescente.

O relator do recurso, desembargador Marcelo Carvalho, não considerou presentes os requisitos para suspensão da decisão, na medida em que a questão envolve garantia fundamental referente à preservação da vida e da dignidade da pessoa humana, estabelecidas pela Constituição Federal e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

O magistrado destacou a possibilidade, estabelecida pelo estatuto, de aplicação de acolhimento institucional, quando os direitos forem ameaçados ou violados, dever que compete a todos os entes públicos, inclusive os municípios.

Marcelo Carvalho verificou a situação de emergência que justifica a decisão, por não existir no município nenhum abrigo institucional que promova a proteção integral dos jovens em situação de risco.

“A Administração deve dar atendimento máximo possível às demandas dos cidadãos, de tal sorte que não deixe dúvidas quanto à proteção integral de quem dele realmente precisa”, frisou, enfatizando a legitimidade do Poder Judiciário para determinar a concretização de políticas públicas constitucionalmente previstas, quando houver omissão da administração pública.